



## **CONCURSO PÚBLICO**

**Aquisição de serviços para o Estudo de Viabilidade Económica e Criação  
do Modelo Organizacional para o Museu da Língua Portuguesa em  
Bragança**

**15/2019-CP-DLM**

**CADERNO DE ENCARGOS**



## PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

### Capítulo I

#### Disposições gerais

##### Cláusula 1.<sup>a</sup>

##### Objeto

O objeto do contrato consiste, de acordo com as cláusulas técnicas deste Caderno de Encargos, **Aquisição de serviços para o Estudo de Viabilidade Económica e Criação do Modelo Organizacional para o Museu da Língua Portuguesa em Bragança**

##### Cláusula 2.<sup>a</sup>

##### Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

##### Cláusula 3.<sup>a</sup>

##### Prazo

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da prestação de serviços, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

##### Cláusula 4.<sup>a</sup>

##### Preço Base

- 1- O valor base para efeito do presente procedimento é de 120.000,00 € (cento e vinte mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município, designadamente:
  - a. O pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do Contrato no



território do país ou países do adjudicatário, dos seus subcontratados;

- b. A obtenção de quaisquer autorizações e ao pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o fornecedor no âmbito do contrato;
- c. O equipamento necessários à boa execução dos serviços;
- d. A documentação a fornecer.

#### Cláusula 5.<sup>a</sup>

##### **Preço Anormalmente Baixo**

No presente procedimento considera-se que o preço resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando, o preço da proposta for igual ou inferior a 10% da média dos preços das propostas admitidas em fase de análise. Considera a entidade adjudicante que para o cumprimento das cláusulas técnicas são necessários no mínimo Recursos Humanos altamente qualificados dedicados aos projetos a 100%, bem como necessidade de recorrer a equipas especializadas. Como tal para que a prestação dos serviços seja eficiente entende a entidade adjudicante que uma percentagem da média será a forma mais eficaz de avaliar um correto preço mínimo, a partir do qual valores abaixo desse se consideram anormalmente baixo

#### Capítulo II

##### **Obrigações contratuais**

##### **Secção I**

##### **Obrigações do fornecedor**

#### Cláusula 6.<sup>a</sup>

##### **Obrigações principais do fornecedor**

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação da prestação de serviços identificados na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia da sua autenticidade;
- c) Proteção de dados.

2 - A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados ao serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### Cláusula 7.<sup>a</sup>

##### **Conformidade e operacionalidade dos serviços**



1 - O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II (Cláusulas Técnicas) do presente Caderno de Encargos.

2 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à prestação de serviços e das garantias a ela relativas, no que respeita à sua conformidade.

4 - O fornecedor é responsável perante o Município de Bragança por qualquer erro ou discrepância na prestação de serviços e documentos a elaborar no âmbito do contrato.

#### Cláusula 8.<sup>a</sup>

##### **Execução dos serviços objeto do contrato**

Os serviços e documentos objeto do contrato devem ser executados no prazo máximo de 90 dias, salvo as condições especiais expressas nas cláusulas técnicas, podendo este prazo ser prorrogado por aceitação do órgão executivo. Considerar que nos termos do programa de financiamento pode a operação de financiamento ser encerrada em finais do ano de 2021.

#### Cláusula 9.<sup>a</sup>

##### **Conformidade e garantia técnica**

O fornecedor fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Bragança em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

#### Cláusula 10.<sup>a</sup>

##### **Objeto do dever de sigilo**

1 - O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Bragança, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente, à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### Secção II

##### **Obrigações do Município de Bragança**



Cláusula 11.<sup>a</sup>

**Preço contratual**

Pelo fornecimento dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Bragança deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Cláusula 12.<sup>a</sup>

**Condições de pagamento**

1- As condições de pagamento do encargo do fornecimento são as seguintes:

Propõe-se o pagamento das despesas, nas seguintes tranches:

1) **Estudo de Viabilidade Financeira (EVF) nos termos do o n.º 3 do artigo 36º do Código da Contratação Pública:** 25% com a entrega dos documentos referentes nas cláusulas técnicas;

2) **Estudo de Viabilidade Financeira (EVF) nos termos da Norma de Gestão N.º 5/norte2020/2018 Operações Geradoras De Receita - NORTE2020:** 25% com a entrega dos documentos referentes nas cláusulas técnicas;

3) **Estudo De Viabilidade Económica - Modelo de gestão:** 25% com a entrega dos documentos referentes nas cláusulas técnicas

4) **Modelo organizacional** - Definição da estrutura, Identificação de principais processos e atividades, Identificação de funções críticas, Definição de percursos de carreira e Definição de sistema de compensações: 15% com a entrega de todos os entregáveis referentes nas cláusulas técnicas

5) **Assistencia técnica** em sede de pedidos de esclarecimento ou de audiência previa: 10% com validação das entidades.

2 - O pagamento da fatura será efetuado no prazo máximo de 60 dias contados da sua apresentação.

Cláusula 13.<sup>a</sup>

**Força maior**

1 - Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.



2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### Cláusula 14.<sup>a</sup>

##### **Penalidades contratuais**

1 - No caso de não cumprimento dos prazos fixados para o fornecimento integral dos bens objeto do contrato, por razões imputáveis ao adjudicatário, é cominável com multa calculada através da aplicação da fórmula  $\{P = V \times A / 500\}$ , em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do contrato do fornecimento dos bens e A é o número de dias em atraso.

2 - Havendo lugar a penalidades, o valor correspondente será deduzido na importância a pagar ao fornecedor.

#### Cláusula 15.<sup>a</sup>

##### **Resolução por parte do contraente público**

1 - A entidade adjudicante poderá rescindir total ou parcialmente o contrato sempre que, por



razões imputáveis ao adjudicatário, o normal fornecimento se encontre gravemente prejudicada.

2 - A rescisão do contrato produz efeitos a partir da data fixada na respetiva notificação.

3 - A cessação dos efeitos do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução do contrato.

#### Cláusula 16.<sup>a</sup>

##### **Resolução por parte do fornecedor**

1 - O adjudicatário poderá exercer o direito à rescisão do contrato nos casos previstos na lei ou no contrato.

2 - A decisão da rescisão terá de ser fundamentada e não poderá afetar a prestação de serviço num prazo de 30 dias a contar da data da notificação à entidade pública contratante.

3 - O adjudicatário poderá desistir da rescisão do contrato atendidas as justificações apresentadas pela entidade pública contratante ou cumpridas as respetivas obrigações.

4 - Em caso de rescisão por razões imputáveis à entidade pública contratante, o adjudicatário terá direito a ser indemnizado pelos danos emergentes e lucros cessantes.

5 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato [com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos].

#### Cláusula 17.<sup>a</sup>

##### **Caução**

Pese embora o preço contratual seja inferior a 200.000,00€ (duzentos mil euros), é exigível prestação de caução em 5% do preço contratual, para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais nos termos do nº1 do artigo 88º do CCP.

#### Cláusula 18.<sup>a</sup>

##### **Seguros**

1 - É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes ao fornecimento dos serviços, nomeadamente, de responsabilidade civil até à data de entrega.

2 - O Município de Bragança pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de cinco dias úteis.

#### Cláusula 19.<sup>a</sup>

##### **Foro competente**



Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Bragança, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 20.<sup>a</sup>

**Cessão da posição contratual**

1 - O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem prévia autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2 - Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:

- a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente concurso.
- b) A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no Decreto-Lei nº 111-A/2017, de 31 de agosto, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

Cláusula 21.<sup>a</sup>

**Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.<sup>a</sup>

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.<sup>a</sup>

**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.





## PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

### Cláusula 1.<sup>a</sup>

#### Introdução

Pretende-se com este procedimento **Aquisição de serviços para o Estudo de Viabilidade Económica e Criação do Modelo Organizacional para o Museu da Língua Portuguesa em Bragança**

### Cláusula 2.<sup>a</sup>

#### Objeto da Consulta

a) O Município de Bragança, reconhecendo o potencial de elementos patrimoniais de valor estratégico para a cultura, não apenas regional ou nacional, mas internacional, assumiu o desafio de valorizar o maior elemento do nosso património cultural imaterial, a “Língua Portuguesa”, criando um espaço marcante, diferenciador e inovador que permita aos visitantes nacionais e internacionais ter uma experiência inesquecível: o Museu da Língua Portuguesa.

b) O Museu da Língua Portuguesa é um projeto âncora para a atração turística regional, com um caráter que se pretende internacional, didático e lúdico, com conteúdos de elevado rigor científico acessíveis aos diferentes públicos que se pretende atrair. Para isso, associam-se ao Museu da Língua Portuguesa os seguintes objetivos:

- Criar um espaço museológico dinâmico da “Língua Portuguesa” e identitário para os falantes lusófonos, com elevado potencial de atração turística;
- Apresentar a “Língua Portuguesa” como um dos grandes patrimónios imateriais da humanidade pertencente a todos e, por excelência, um fator fundamental de comunicação e elemento unificador de povos;
- Dar a conhecer a história da língua: a sua origem, influências e evolução;
- Dar a conhecer a riqueza da diversidade da língua portuguesa e das culturas lusófonas, com ênfase sobre as tradições locais, regionais e nacionais das comunidades lusófonas;
- Promover a segunda língua oficial portuguesa, o mirandês;
- Reavivar tradições e falares caídos em esquecimento;
- Realizar exposições temporárias e promover tertúlias, palestras, cursos, seminários, etc.

c) A complexidade e diversidade associada à temática torna imprescindível que o desenvolvimento do projeto do Museu de Língua Portuguesa seja sustentado num trabalho científico consistente, que permita a construção de conteúdos.

Como aspeto fundamental e crucial para a criação do novo Museu da Língua Portuguesa é o reconhecimento de que tem de servir a comunidade local e deverá ser uma referência para a zona do norte do país, criando um local de culto que reúne e consolida toda a dinâmica que



poderá surgir de um espaço que se centra em algo tão único e rico, que é a Língua Portuguesa.

Os museus devem ser uma fonte de conhecimento e uma base para programas de educação sobre o passado, o presente e o futuro da Língua Portuguesa.

Dentro do campo da educação como um todo, as suposições tradicionais sobre o que é a aprendizagem e onde ela ocorre estão atualmente a ser desafiadas. Nos dias de hoje, sabemos que a aprendizagem não se limita às escolas, nem é “melhor” quando ocorre num ambiente formal, do que num ambiente informal, como num museu. Independentemente de onde isso aconteça, a aprendizagem é um processo profundo, complexo e muito humano que transforma as vidas das pessoas. Na comunidade dos profissionais que trabalham na área dos museus, existe um novo reconhecimento de que a educação nos museus não se limita a disseminar informações sobre a história e o sobre o passado, mas deve centrar-se em criar conhecimento e a potenciar a utilização do espaço do Museu, para se pensar no futuro e criar um movimento de inovação e de ligação à comunidade científica e à comunidade associada ao empreendedorismo.

Os museus devem ter um objetivo mais inclusivo: fornecer programas educacionais exclusivos que promovam e apoiem o diálogo, a participação e a inovação, especialmente em comunidades que anseiam por novos espaços que promovam a socialização e a integração de todos, num objetivo comum e tão honroso, como o que incida sobre o estudo da Língua Portuguesa. Além disso, os museus estão abertos à interação e ao envolvimento, são e devem ser lugares essenciais de aprendizagem, estimulando a criatividade e apoiando a inovação dentro e além das suas paredes.

Os responsáveis por museus também estão cada vez mais a olhar mais de perto para a importância entre o espaço do museu e os processos de aprendizagem. Hoje, as instalações que incentivam a investigação prática e a participação dos alunos são cada vez mais importantes nos projetos para a criação de espaços de museus, especialmente ao promover novas capacidades como o conhecimento ativo, interativo e de maior participação social. Enquanto as novas tecnologias e plataformas digitais estão em constante evolução, a psicologia de como as pessoas aprendem e interagem, não. As atividades que estimulam a aprendizagem podem ser traduzidas em princípios que informam as decisões sobre o *design* e o layout dos novos espaços para os Museus, garantindo que são espaços de conhecimento que servem e apoiam uma finalidade mais objetiva e que permitem potenciar uma independência financeira do novo espaço.

Tendo como princípio que as tecnologias e a inovação estão em constante mudança e sabendo da importância que incide sobre o estudo da psicologia humana e de como as pessoas aprendem e interagem, pretendemos lançar um projeto que incida sobre o conhecimento das pessoas e de como se poderá construir um novo Museu da Língua Portuguesa, que sirva as necessidades das pessoas.



A gestão de uma iniciativa tão multifacetada pode ser desafiante e por esse motivo, pretende-se a colaboração com uma entidade que seja especialista na área em questão, que permita cumprir os objetivos para o novo Museu da Língua Portuguesa e que corresponda ao uso de processos e princípios do design participativo e colaborativo para criar soluções distintas e integradas para o novo espaço e que garantam uma boa usabilidade e experiência.

Além da definição do percurso expositivo e da experiência do visitante do museu, esta colaboração permitirá conceber todo o ecossistema que deverá existir de suporte ao Museu, de modo a responder às necessidades de cada visitante e permitir que existam todas as condições para poder visitar e interagir no espaço do Museu da Língua Portuguesa.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

#### **Documentos Entregáveis - Estudo De Viabilidade Económica e Modelo de Governação**

Considerando a necessidade de desenvolver, nos termos da lei e das normas em vigor, estudos de viabilidade económico Financeiras e a criação de um modelo operacional, que de acordo com as entidades que os exigem, definem uma metodologia de apresentação e um fim específico torna-se necessário que o adjudicatário desenvolva os estudos e os modelos no estrito cumprimento das obrigações legais exigidas por essas entidades.

Assim são exigidos na presente prestação de serviços os seguintes estudos:

**a) Estudo de Viabilidade Financeira (EVF) nos termos do artigo 36.º do Código da Contratação Pública, o n.º 3.:** Nos termos do Código da Contratação Pública “Quando o valor do contrato for igual ou superior a € 5 000 000, a fundamentação prevista no n.º 1 deve basear-se numa avaliação de custo/benefício e deve conter, nomeadamente e quando aplicável: a) A identificação do tipo de beneficiários do contrato a celebrar; b) A taxa prevista de utilização da infraestrutura, serviço ou bem; c) A análise da rentabilidade; d) Os custos de manutenção; e) A avaliação dos riscos potenciais e formas de mitigação dos mesmos; f) O impacto previsível para a melhoria da organização; g) O impacto previsível no desenvolvimento ou na reconversão do país ou da região coberta pelo investimento”

Considerando que este estudo terá de ser prévio ao procedimento de concurso de empreitada, deve o adjudicatário promover a realização deste documento em específico num prazo máximo 1/3 do prazo com o qual concorrerem, cumprindo as obrigações legais exigidas por lei e pelo Tribunal de Contas nesta matéria, salvaguardando sempre o interesse público.

Os documentos devem ser entregues em formatos PDF e em formatos editáveis como folhas de calculo em XLS ou equivalente e texto em word ou equivalente

**b) Estudo de Viabilidade Financeira (EVF) nos termos da Norma de Gestão N.º 5/norte2020/2018 Operações Geradoras De Receita - NORTE2020:** Sendo o “Museu da Língua Portuguesa”, um projeto gerador de receita, deve ser apresentado estudo no termos da



legislação comunitária e nacional aplicável em matéria de operações geradoras de receitas, designadamente, as disposições previstas no Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013 (art.º 61.º e n.º 8 do art.º 65.º) e do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro (art.º 19.º), bem como as orientações técnicas/de gestão adotadas pela Autoridade de Gestão NORTE 2020.

O adjudicatário deverá realizar atualização do estudo após entrada em funcionamento do Museu, cumprimento escrupulosamente as orientações de gestão, em vigor à data, bem como dar resposta aos pedidos de esclarecimentos da Autoridade de Gestão do Programa e do Município.

Os documentos devem ser entregues em formatos PDF e em formatos editáveis como folhas de cálculo em XLS ou equivalente e texto em word ou equivalente

**c) Estudo De Viabilidade Económica - Modelo de gestão:** Para este Estudo de viabilidade económico-financeira - modelo de gestão deverão ser desenvolvidos a seguinte documentação:

- Definição conceptual e operacional do Projeto, com vista ao mapeamento dos fluxos financeiros associados;
- Avaliação de eventuais impactos do Projeto em áreas já existentes no perímetro de responsabilidade do Município de Bragança, (incluindo determinação de sinergias potenciais);
- Análise dos pressupostos base (1ºano de projeção) e pressupostos de evolução (anos seguintes) a nível de proveitos e gastos de exploração, investimento necessário e financiamento;
- Identificação e estimativa dos indicadores de performance associados aos fatores críticos de sucesso requeridos à viabilidade operacional do Projeto (e.g. custos dos serviços, custos com pessoal, fundo de maneio, investimento necessário, dimensão da procura, vertentes da oferta, pricing dos serviços, etc.);
- Definição de pressupostos fiscais associados à operação;
- Modelo financeiro de análise previsional;
- Definição das variáveis críticas do negócio, que poderão ter maiores impactos sobre a viabilidade do mesmo e definição dos intervalos de variação para as variáveis que deverão ser utilizados na análise de sensibilidade;
- Análise de sensibilidade às variáveis críticas que forem identificadas.
- Análise da viabilidade económico-financeira para os diferentes cenários de modelo de negócio e de gestão definidos e/ou para os diferentes cenários de desenvolvimento considerados.

A informação a compilar, nomeadamente no que respeita à identificação e definição dos pressupostos de investimento e exploração relevantes, e os cenários a desenvolver serão definidos em conjunto com responsáveis do Município de Bragança, os quais estarão disponíveis e garantirão que a informação e esclarecimentos necessários.



Os documentos devem ser entregues em formatos PDF e em formatos editáveis como folhas de calculo em XLS ou equivalente e texto em word ou equivalente

Neste âmbito, o objeto da presente aquisição deve ainda incluir os serviços abaixo descritos, que constituirão o Modelo Organizacional para o Museu da Língua Portuguesa e para o qual deverá ser desenvolvida a seguinte documentação:

**1. Definição da estrutura**

- 1.1. Proposta do modelo de governação (Associação, integração em Serviço Municipal, ...) com enquadramento na lei n.º50/2012 de 31 de agosto, “Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais” e as suas alterações
- 1.2. Manual da Estrutura Orgânica
- 1.3. Proposta de estatutos ou normas de controlo Interno (de acordo com o Modelo de Governação)
- 1.4. Relatório de Benchmarking;

**2. Identificação de principais processos e atividades**

- 2.1. Manual de processos.

**3. Identificação de funções críticas**

- 3.1. Modelo de funções e competências;
- 3.2. Manual de funções;
- 3.3. Catálogo de competências;
- 3.4. Perfis de competências;
- 3.5. Modelo de avaliação de funções.

**4. Definição de percursos de carreira**

- 4.1. Modelo de carreiras;
- 4.2. Percursos de carreiras;
- 4.3. Tipos de carreiras

**5. Definição de sistema de compensações**

- 5.1. Modelo de compensações;
- 5.2. Remunerações fixas e variáveis;
- 5.3. Modelo de compensação total.

Todos os documentos anteriormente referidos devem ser entregues em formatos PDF e em formatos editáveis como folhas de calculo em XLS ou equivalente e texto em word ou equivalente